

Em: 11 JUN 2018

Presidente Assembleia Legislativa

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa

12 JUN 2018

Protocolo: 218/18

Processo: 218/18

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

MENSAGEM N. 123, DE 11 DE JUNHO DE 2018.



EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Com amparo no artigo 42, § 1º da Constituição do Estado, impõe-me o dever de informar a Vossas Excelências que vetei totalmente o Projeto de Lei de iniciativa dessa augusta Assembleia Legislativa, o qual "Proíbe concessionárias e prestadoras de serviços essenciais de fornecimento de água de cobrarem tarifa mínima de consumo ou adotar práticas semelhantes no Estado de Rondônia.", encaminhado a este Executivo por meio da Mensagem nº 117/2018 - ALE, de 29 de maio de 2018.

Senhores Deputados, insta salientar que conforme estabelece o artigo 175 da Carta Magna, incumbe ao Poder Público, na forma da Lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, a prestação de serviços públicos, sobre a política tarifária e direitos dos usuários.

Esclareço a Vossas Excelências que o Autógrafo de Lei nº 912/2018 padece de inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa em virtude de ingerência do Poder Legislativo em matéria restrita do Chefe do Executivo sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública, como prevê o artigo 39 da Constituição Estadual, *in verbis*:

Art. 39.

§ 1º São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

II - disponham sobre:

d) criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e Órgãos do Poder Executivo.

Informo, ainda, que compete privativamente ao Governador do Estado a propositura de leis que disponham sobre organização e o funcionamento da administração do Estado, de acordo com o prelecionado no artigo 65, inciso VII da Carta Política Estadual. Vejamos:

Art. 65. Compete privativamente ao Governador do Estado:

VII - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração do Estado na forma da lei;

Importante destacar que é defeso aos Poderes imiscuir-se na independência um do outro, consoante o Princípio da Separação dos Poderes, tutelado pela Lei Maior, em seu artigo 2º, e pela Constituição do Estado, no artigo 7º, a seguir transcrito:

Art. 7º. São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único. Salvo as exceções previstas nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, não podendo, quem for investido em cargo de um deles, exercer a de outro.

SECRETARIA LEGISLATIVA
RECEBIDO

11 JUN 2018

Ellen Lopes
Servidor(nome legível)



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

Por força do Princípio da Reserva de Administração, não pode o Legislativo, por iniciativa própria, aprovar leis que caracterizem intervenção na atividade tipicamente administrativa do Executivo. Sobre a temática, o Supremo Tribunal Federal - STF já decidiu que:

O princípio constitucional da reserva de administração impede a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à exclusiva competência administrativa do Poder Executivo. (...) Essa prática legislativa, quando efetivada, subverte a função primária da lei, transgride o princípio da divisão funcional do poder, representa comportamento heterodoxo da instituição parlamentar e importa em atuação ultra vires do Poder Legislativo, que não pode, em sua atuação político-jurídica, exorbitar dos limites que definem o exercício de suas prerrogativas institucionais (STF, Pleno, MC na ADI nº 2.364/AL, Relator Ministro Celso de Mello, DJ de 14.12.2001)

Ante o exposto, tendo em vista que o referido Autógrafo de Lei padece de inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa e, portanto, afronta às disposições contidas nas Constituições Federal e Estadual, impõe-se a necessidade de veto total.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências, e conseqüentemente com a pronta aprovação do mencionado veto total, antecipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.


DANIEL PEREIRA

Governador